Valor ECONÔMICO
Publicado em 11/03/2022 - 05:58

Reajuste de combustíveis terá impacto relevante na inflação

Energia Estatal aumentou gasolina em 18,7% e diesel em 24,9% depois de 57 sem mexer nos preços

Petrobras reajusta combustíveis, mas defasagem continua

André Ramalho e Gabriela Ruddy
Do Rio

Ao aumentar em 18,7% o preço da gasolina e em 24,9% o do diesel a partir de hoje, nas refinarias, a Petrobras optou por repassar parcialmente, para o mercado doméstico, os efeitos da valorização recente do petróleo. A companhia não anulou a diferença de seus preços em relação à paridade de importação, mas volta a operar com defasagens dentro dos patamares pré-guerra na Ucrânia.

Os novos reajustes abrem espaço para viabilizar mais importações, num momento em que a oferta de derivados dá sinais de estresse em algumas regiões. A expectativa, contudo, é que poucas empresas se arriscarão no mercado externo, enquanto os preços da Petrobras continuam defasados.

A petroleira estava há 57 dias sem mexer nos preços do diesel e gasolina. A estatal também aumentou em 16% o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), depois de manter os preços do "gás de cozinha" congelados por 152 dias.

Os reajustes pressionarão os preços ao consumidor. A Ativa Investimentos estima que o aumento dos preços nas refinarias deve levar a uma alta de 6,2% no preço da gasolina nas bombas. Se confirmadas as projeções, o preço médio do combustível pode ultrapassar os R$ 7 o litro no país — realidade, aliás, já encontrada em algumas praças, como o Rio de Janeiro, mesmo antes de a Petrobras anunciar o reajuste. O litro da gasolina era vendido na quarta-feira, em média, a R$ 6,778, segundo pesquisa de mercado da Triad Reseach.

Segundo fontes, os efeitos do reajuste da Petrobras já podem começar a ser sentidos nos postos no fim de semana, sobretudo em regiões de maior movimento, onde as distribuidoras fazem compras diárias e os preços são atualizados, portanto, com mais velocidade.

A Petrobras justificou que não repassou a volatilidade, num primeiro momento, mas que, após os preços internacionais terem se mantido "consistentemente elevados", o reajuste se tornou necessário "para que o mercado brasileiro continue sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões".

Com o aumento, o preço médio da gasolina nas refinarias da Petrobras custará R$ 3,86/litro. No caso do diesel, o valor cobrado subirá para R$ 4,51/litro, enquanto o quilo do GLP vai para R$ 4,48. A esses valores se somam impostos e margem de distribuição e revenda.

Mesmo assim, o Goldman Sachs estimou que os preços da estatal ainda se mantinham, ontem, 6% abaixo do preço de paridade de importação (PPI) no diesel e com defasagem de 12% na gasolina.

Segundo a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), a Petrobras volta, agora, a trabalhar com patamares de defasagem próximos aos níveis anteriores à guerra. Em fevereiro, antes mesmo da invasão da Ucrânia pela Rússia, o barril do petróleo já vinha sendo negociado acima de US$ 90, e a estatal, ao segurar os repasses, vinha praticando preços entre 6% e 13% abaixo do PPI.

A Petrobras dá um sinal positivo ao mercado de que está disposta a continuar a repassar, ainda que parcialmente, a alta dos preços internacionais. Na bolsa, as ações da petroleira recuperam parte das perdas da semana e subiram 2,8% (ordinárias) e 3,5% (preferenciais). Para o UBS BB, o reajuste "destaca a sólida governança da empresa e a livre política de preços, apesar de todo o barulho dos últimos anos".

A diretora de downstream [abastecimento] do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Valéria Lima, afirmou que os reajustes reduzem riscos para a operação de outras empresas e ampliam a segurança no abastecimento. "É importante indicar que não há controles de preços no Brasil e que os importadores podem trazer cargas de fora e vendê-las no país", disse Lima.

Com o agravamento da guerra na Ucrânia, a defasagem da Petrobras para o PPI havia atingido patamares muito elevados — de 20% a 40% desde a última semana — e que já começavam a dar sinais de desequilíbrio no funcionamento do mercado em algumas praças. Segundo uma fonte do setor, algumas distribuidoras pediram para que revendedores ajudassem a racionar, sobretudo, diesel S-10.

As tradings privadas afirmam que, mesmo com o aumento dos preços da Petrobras, as janelas seguem fechadas para as importadoras associadas à Abicom — que acusam a estatal de segurar reajustes sistematicamente e não têm conseguido realizar operações em 2022. Já a Petrobras informou que mantém o compromisso com preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato das volatilidades externas "causadas por eventos conjunturais".

"É muito importante que a Petrobras siga perseguindo a paridade de importação, para a construção de um ambiente de negócios favorável e para a realização de investimentos. É uma pena que a companhia tenha demorado quase 60 dias para fazer essa movimentação", disse o presidente da Abicom, Sérgio Araújo.

A expectativa, porém, é que o reajuste da Petrobras viabilize mais importações por parte das grandes distribuidoras. "O reajuste afasta a possibilidade de falta de produto. Mesmo que ainda exista uma diferença em relação aos preços internacionais, o mercado é dinâmico, então podem aparecer oportunidades de acessar produtos para importar que tenham um preço mais em conta. Antes, a diferença era tão grande que não se conseguia vislumbrar essa oportunidade", disse um executivo.

Empresas como a Vibra, Raízen e Ipiranga têm redes próprias maiores, com contratos de exclusividade de fornecimento, e geralmente mantêm as importações mesmo durante momentos de defasagem nos preços da Petrobras. Com uma rede grande de postos bandeirados e volumes gigantes, elas têm menos dificuldades na hora de diluir custos. Mesmo assim, elas não vinham passando ilesas. A Ipiranga, por exemplo, comunicou aos revendedores, nesta semana, que analisaria cada pedido dos clientes antes de liberar as entregas de diesel — sinal de que a oferta está curta, dizem fontes.

Do lado político, há quem avalie que o reajuste pode colocar nova pressão sobre a Petrobras. O alinhamento dos preços da estatal ao mercado internacional é alvo de críticas da oposição e do governo de Jair Bolsonaro — que, segundo fontes, pressionou o presidente da petroleira, Joaquim Silva e Luna, a congelar os preços temporariamente. O general, por sua vez, vinha defendendo a necessidade dos reajustes, devido aos riscos de desabastecimento. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, negou que o governo tenha cogitado mudar a política de preços da Petrobras. "Dada a magnitude dos ajustes, acreditamos que isso pode levar a mais ruído negativo do governo em torno da política de preços", ressalva o Goldman Sachs.

DIVULGAÇÃO

Joaquim Silva e Luna: conversas com o governo e defesa dos reajustes contra o risco de desabastecimento

Decisão mostrou força da estatal, mas deflagrou reação

Estevão Taiar, Lu Aiko Otta, Matheus Schuch e Cristiano Romero
De Brasília

A decisão da Petrobras de reajustar ontem os preços dos combustíveis provocou mal-estar em Brasília. Como hoje há uma lei que autoriza a estatal a corrigir os valores de acordo com a variação da cotação do barril do petróleo no mercado internacional, o governo não tem poder para proibir a empresa de aumentar preços. Qualquer mudança na atual política de preços teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

"Nunca pensamos em alterar a política de preços", disse o ministro da Economia, Palo Guedes, durante entrevista concedida ao lado do ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque. "Isso é uma lei, não é vontade do governo A, B ou C", observou Albuquerque, chefe da Pasta à qual a Petrobras está formalmente vinculada.

Nos últimos dias, diante da escalada dos preços do petróleo causada pela guerra na Ucrânia, o que se viu nos bastidores foi uma disputa não entre governo e oposição, mas, sim, entre o mundo político e a Petrobras, que, em momentos como o atual, mostra a sua força. Ao elevar os preços no momento em que governo federal, Congresso e Estados debatiam maneiras de conter os efeitos da alta do petróleo na inflação, que, em 2021, chegou a dois dígitos (10,06%), a estatal ignorou Brasília, mesmo sendo o Tesouro Nacional seu acionista majoritário.

Mas, a classe política reagiu, inclusive, com a ajuda da oposição, com a aprovação pelo Senado de dois dispositivos legais que, na prática, dividem entre a União, os Estados e a Petrobras o custo dos combustíveis. A estatal pode ser obrigada a enfrentar novos obstáculos em breve.

Técnicos do governo alegam que a situação da Petrobras no mercado é "anômala", uma vez que a estatal tem poder de monopólio, numa estrutura verticalizada, isto é, de dominância de todos os segmentos da cadeia produtiva de petróleo. Diante disso, uma vez que existe uma lei que dá autonomia à companhia para aumentar preços, o Cade, o tribunal administrativo que julga casos de concentração econômica, pode declarar "abusivos" os reajustes praticados pela empresa. E, assim, aplicar-lhe "remédios".

O ministro Paulo Guedes, que já defendeu a privatização da empresa por meio de um modelo em que ela seria dividida em várias unidades para não se tornar, também, um monopólio privado, indicou que, no futuro, prevalecerá concorrência. "Agora, cada um vai ter um remédio para o futuro", afirmou. "Eu quero mais competição, mais gente explorando petróleo, aumentando a oferta global, fazendo uma transição em direção à energia verde."

Segundo Guedes, o foco em medidas que atenuem a alta exclusivamente do diesel "foi pedido do presidente" Jair Bolsonaro (PL). "[Gasolina] é outra história", disse. Dos 60 centavos que ser reduzidos em decorrência dos projetos aprovados no Senado _ até o fechamento desta edição, 27 centavos virão dos cofres dos governos estaduais, a um custo de R$ 15 bilhões a R$ 16 bilhões, e os outros 33 centavos virão da União, a um custo de R$ 18 bilhões a R$ 19 bilhões.

De acordo com o ministro, "se houver escalada" da Guerra da Ucrânia, "aí sim" o governo federal estudará a implantação de subsídios diretos do Tesouro para combustíveis. "Caso isso (guerra) se resolva em 30, 60 dias, a crise estaria mais ou menos endereçada", afirmou. Já a conta de compensação, prevista nos projetos, é uma "ferramenta" que por enquanto "não está no nosso mapa de ação".

"Se a guerra escalar e o petróleo for para 160 dólares, o Senado está colocando uma ferramenta", disse. Tanto Guedes quanto Albuquerque negaram que tenham discutido na reunião mudanças na política de preços da Petrobras.

Em live, o presidente Bolsonaro lamentou o fato de a Petrobras não ter esperado para reajustar o preço dos combustíveis na semana que vem.

Com aumento, general convoca mercado para enfrentar cavalo de Troia no conselho

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Ao cumprir os requisitos da política de paridade de importação e anunciar reajustes represados, o general Joaquim Silva e Luna convocou o mercado para compor o exército com o qual pode vir a enfrentar o cavalo de Troia onde está abrigada a mudança no conselho de administração da estatal.

Votada no dia em que a Petrobras anuncia reajuste nos combustíveis, a nova política de preços para o setor, que avançou no Senado, é, paradoxalmente, um reforço à posição de Silva e Luna à frente da Petrobras.

Deixa claro que a instância que delibera subsídios para o setor não é a empresa, mas o Congresso. É uma blindagem para uma direção obcecada em cumprir as regras estabelecidas e que se vê ameaçada pelas mudanças no conselho de administração da estatal.

Um dos inspiradores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passou recibo. No Twitter, confessou-se cercado pela tática do general: "Me causou espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros — os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer".

A alegação de que a substituição do almirante Eduardo Leal Ferreira pelo empresário Rodolfo Landim havia se dado em razão da política de preços da Petrobras teve vida curta. O mandato de Landim, se aprovado pela assembleia de acionistas, pode vir a ter outras motivações, como a política de investimentos da estatal e o socorro a setores empresariais politicamente respaldados, como o das termelétricas, mas não a política de preços.

Sua aprovação e os rumos da relação do conselho com a direção da empresa dependem de fatores ainda não completamente mensuráveis. Primeiro terá que convencer a assembleia de acionistas que os conflitos de interesse que acumula para o desempenho da função não são impedimento. Depois terá que mover, favoravelmente para suas teses, conselheiros costumeiramente atraídos para a esfera governamental pela oferta de vagas em conselhos de outras empresas públicas.

Essa queda de braço se desenrola em meio a uma tensão crescente provocada por uma inflação projetada em 7%, o que pressionará ainda mais a política de juro e, consequentemente, a reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Ainda não se sabe como essa nova política de preços, que mal começou a tramitar, pode remediar esse impacto.

Ao liberar o represamento do reajuste, de quase dois meses para a gasolina e o diesel, e de cinco meses para o gás de cozinha, a despeito do impacto sobre a popularidade de Bolsonaro, o general Silva e Luna mantém-se filiado à ala militar que não abre mão do contraponto ao presidente.

A ideia de que os militares servem de contraponto a um personagem como Bolsonaro, concepção que um dia foi definida como "tutela", desbotou-se sob as intempéries deste governo, mas há quem ainda se sustente nos seus fiapos.

Um general da reserva, influente formulador militar, se diz desconfortável, por exemplo, com a substituição de Hamilton Mourão pelo ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, que, ao contrário do atual vice, já estaria cooptado pelo bolsonarismo, assim como todos aqueles que têm assento no Palácio do Planalto.

Ao anunciar o reajuste nos combustíveis em plena campanha do presidente à reeleição, Silva e Luna demonstra sua filiação a essa corrente — minguante no exercício do poder civil, mas preservada, até aqui, nas Forças Armadas.

Em 'choque', caminhoneiros criticam 'facada do governo'

Daniel Rittner e Fernanda Pressinott
De Brasília e São Paulo

Lideranças dos caminhoneiros reagiram ontem ao anúncio de reajuste dos combustíveis falando em "estado de choque" e de "facada do governo". Eles pretendem mover ações judiciais contra o aumento e fazer uma ofensiva política pela mudança imediata na fórmula de preços dos combustíveis. O aumento do óleo diesel será de quase 25%.

Caminhoneiros ouvidos pela reportagem descartam uma paralisação nos próximos dias em resposta ao aumento.

"O reajuste do diesel não é mais só um problema dos caminhoneiros. Se a população não se mobilizar, ninguém vai mais comer ou consumir nada", disse o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, um dos principais líderes do movimento grevista de 2018.

"Nós, caminhoneiros, não temos mais como nos mobilizar sozinhos. Esses aumentos atingem a todos. Então, pobres, classe média têm que ir às ruas. Nesse caso, os motoristas darão apoio", afirmou Chorão. "As transportadoras vão repassar, ninguém vai trabalhar no vermelho", destacou.

"Foi uma facada. O clima nas estradas é o pior possível", afirmou o deputado Nereu Crispim (União-RS), presidente da Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas — que aposta em uma medida judicial contra o aumento. A Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas também disse ontem que buscaria esse caminho.

A Associação Nacional dos Transportadores do Brasil classificou o reajuste como "abuso contra os caminhoneiros e toda a sociedade" enquanto a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística afirmou que o aumento "acarreta a necessidade de reajuste adicional no frete de, no mínimo, 8,75%".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.